



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ATA DA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e trinta minutos, iniciou-se a Quinta Sessão Extraordinária do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga, Horácio Raymundo de Senna Pires, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Maria de Assis Calsing, Dora Maria da Costa, Pedro Paulo Teixeira Manus, Fernando Eizo Ono, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Márcio Eurico Vitral Amaro, Walmir Oliveira da Costa, Maurício Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta e Delaíde Miranda Arantes e o Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Edson Braz da Silva. O Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente declarou aberta a sessão, cumprimentou os presentes e esclareceu que o propósito da sessão é eleger os membros da Justiça do Trabalho que terão assento no Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2011-2013, em cumprimento ao disposto no art. 103-B, incisos III, VIII e IX, da Constituição Federal. Para tanto, o Excelentíssimo Ministro Presidente propôs os nomes do Excelentíssimo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula; do Excelentíssimo Juiz Ney José de Freitas, integrante do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; e do Excelentíssimo Juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, que foram aprovados, por aclamação, pelos Ministros que compõem o Tribunal Pleno. Assim, o Excelentíssimo Ministro Presidente proclamou o resultado declarando



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

eleitos para integrar o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2011-2013, em vagas destinadas à indicação do Tribunal Superior do Trabalho, o Excelentíssimo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o Excelentíssimo Juiz Ney José de Freitas e o Excelentíssimo Juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz. Em consequência, foi aprovada a **RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 1447**, no seguinte teor: *O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em sessão extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.mo Sr. Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.mos Srs. Ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga, Horácio Raymundo de Senna Pires, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Maria de Assis Calsing, Dora Maria da Costa, Pedro Paulo Teixeira Manus, Fernando Eizo Ono, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Márcio Eurico Vitral Amaro, Walmir Oliveira da Costa, Maurício Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta e Delaíde Miranda Arantes e o Ex.mo Sr. Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Edson Braz da Silva, Considerando o disposto no art. 103-B, incisos III, VIII e IX, da Constituição Federal, R E S O L V E U, à unanimidade, eleger o Ex.mo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do Tribunal Superior do Trabalho, o Ex.mo Juiz Ney José de Freitas, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e o Ex.mo Juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2011-2013, nas vagas destinadas à indicação do Tribunal Superior do Trabalho. Na sequência, o Excelentíssimo Ministro Presidente congratulou-se com os magistrados eleitos e assinalou a sua confiança em que prestarão um contributo fundamental ao aperfeiçoamento não só da Justiça do Trabalho, mas, igualmente, do Poder Judiciário nacional, tendo em*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

vista as qualidades pessoais e profissionais dos indicados. Após, o Excelentíssimo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula usou da palavra para agradecer aos pares a confiança depositada e assegurar que atuará no Conselho Nacional de Justiça em absoluta sintonia com a Presidência do TST. Ato seguinte, o Excelentíssimo Ministro Guilherme Caputo Bastos cumprimentou a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho pelo brilhantismo da cerimônia realizada no dia anterior (três de maio de dois mil e onze) em que se comemoraram os setenta anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil, rendendo ensejo à assinatura de acordos de cooperação técnica e de diversos atos de significativa importância para a Instituição. Sua Excelência destacou, em particular, a mensagem de Sua Santidade o Papa Bento XVI relacionada à iniciativa da Justiça do Trabalho de promover campanha em favor da prevenção dos acidentes de trabalho no País, conforme previsto no acordo de cooperação técnica firmado com o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Previdência Social e a Advocacia Geral da União. Ao final do seu pronunciamento, o Ministro Guilherme Caputo Bastos cumprimentou todos os protagonistas que contribuíram para o sucesso do evento, mencionando, nominalmente, o Juiz do Trabalho Rubens Curado, o Secretário-Geral Judiciário do TST, Valério Augusto Freitas do Carmo, o Secretário de Comunicação Social do TST, Renato Parente, e a Chefe do Cerimonial do TST, Liliane Elias. O Excelentíssimo Ministro Presidente, ao agradecer os elogios, externou, de público, o seu reconhecimento e gratidão pessoal a todos que se devotaram para o êxito da aludida sessão solene. Registrou, em particular, o contributo inestimável prestado pelos Excelentíssimos Ministros Maurício Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi e Maria de Assis Calsing. Em seguida, o Excelentíssimo Ministro Milton de Moura França pediu a palavra para se associar às manifestações do Excelentíssimo Ministro Guilherme Caputo Bastos, ressaltando que as consequências do acidente de trabalho extravasam o aspecto econômico, atingindo a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

dignidade do ser humano. Ato contínuo, o Excelentíssimo Dr. Edson Braz da Silva, Subprocurador-Geral do Trabalho, em nome do Ministério Público do Trabalho, parabenizou os magistrados eleitos para a composição do Conselho Nacional de Justiça, augurando sucesso e muita inspiração. Ao final, a Excelentíssima Senhora Ministra Delaíde Miranda Arantes se associou às manifestações dos que a antecederam e desejou aos ora indicados pelo TST para o Conselho Nacional de Justiça votos de êxito no exercício de suas funções, como também se congratulou os demais magistrados inscritos para as vagas do CNJ. Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente agradeceu a presença dos Excelentíssimos Senhores Ministros e do nobre Representante do Ministério Público e declarou encerrada a sessão. Para constar dos registros, foi lavrada esta ata, que é assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, João Oreste Dalazen, e por mim, Valério Augusto Freitas do Carmo, Secretário-Geral Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, aos quatro dias do mês de maio de dois mil e onze.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO

Secretário-Geral Judiciário